

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tomou esta semana conhecimento de mais um despedimento no Novo Banco, desta feita num contexto que se afigura um caso gritante de violação de direitos laborais.

O Novo Banco tem, desde a sua aquisição pelo Lone Star, operado uma redução permanente de postos de trabalho, escudando-se com o plano de reestruturação acordado com a Comissão Europeia.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem acompanhado este processo com muita preocupação. Com efeito, já em outubro do ano passado apresentámos uma pergunta ao Governo (Pergunta nº 319/XIV/2ª), que não mereceu qualquer resposta até ao momento, no seguimento de denúncia por parte da Comissão Nacional de Trabalhadores do Novo Banco de que a administração deste banco já tinha, no final do 1º semestre de 2020, encerrado mais agências e reduzido mais postos de trabalho do que os acordados com a Comissão Europeia, caminho que, de resto, pretendia prosseguir.

Como não podia deixar de ser, ao longo do processo de reestruturação do Novo Banco, as organizações representativas dos trabalhadores têm tido um papel vital e de persistente confronto com a administração do banco na luta pela proteção dos direitos laborais. Esta semana o SINTAF – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Financeira – veio denunciar “o despedimento como forma persecutória” de um Delegado e Dirigente Sindical.

Na nota que fez chegar a este grupo parlamentar, o SINTAF dá conta do processo de migração, a decorrer desde o verão de 2020, de todo o trabalho realizado por duas empresas (GNB Serviços de Suporte operacional, A.C.E. e GNB Recuperação de Crédito, A.C.E. (GNB-RC)) detidas maioritariamente pelo Novo Banco, e de integração dos seus trabalhadores, “conforme deliberação do Conselho de Administração Executivo” no banco. É ainda relevado que o SINTAF tem “acompanhado este processo de Transmissão de Estabelecimento” e que, até ao momento, os trabalhadores têm sido integrados salvaguardando por completo as suas

remunerações e anos de antiguidade. Pois “no final de novembro de 2020 só restava um trabalhador na Empresa e ao qual não foi proposta a sua integração”.

Apesar deste sindicato ter exigido “a não discriminação do trabalhador e a sua integração por Transmissão de Estabelecimento da actividade da GNB-RC para o Novo Banco”, o banco nega a existência de Transmissão de Estabelecimento, tendo respondido, a 15 de fevereiro de 2021, com o Despedimento por Extinção da GNB-RC deste trabalhador.

Por fim é também dada nota de que o SINTAF já apresentou queixa à ACT que, à data, não se tinha pronunciado nem feito qualquer tentativa de contacto com o sindicato ou o trabalhador em questão.

Ora este trabalhador era precisamente o Delegado e Dirigente Sindical da GNB-RC que, como o SINTAF faz notar, “exigiu e acompanhou o cumprimento dos direitos e a integração dos seus colegas de trabalho”.

A ocorrência desta situação em qualquer banco, ou qualquer outra empresa, provocaria por si só a maior indignação a este Grupo Parlamentar. Num banco que sobrevive com financiamento público, é inconcebível, e o Governo não pode de forma alguma ser-lhe alheio.

Assim, atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes questões:

1. Tem o Governo acompanhado a redução de postos de trabalho no Novo Banco? Que leitura faz desta evolução? Que medidas podem/estão a ser tomadas junto da administração?
2. Tem o Governo acompanhado a possibilidade de ocorrência de abusos laborais neste processo de reestruturação do banco, quer através do Fundo de Resolução, quer através da ACT?
3. Está o Governo a par desta situação, em particular? Que avaliação faz? Que diligências, no sentido de assegurar os direitos laborais aqui postos em causa estão a ser feitas junto da administração do Novo Banco? E junto da ACT?

Palácio de São Bento, 1 de março de 2021

Deputado(a)s

MARIANA MORTÁGUA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)